

## PARLASUL/PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO Nº /2019

### Considerando:

A globalização, o incremento dos deslocamentos transnacionais e a consolidação do Mercosul tem levado ao crescimento da transmissão de doenças infectocontagiosas, como a febre amarela e a dengue. Elas são transmitidas pelo mesmo vetor – o mosquito *Aedes aegypti* –, que é responsável também pela transmissão da chikungunya e da zika, doenças que causam bastante preocupação no mundo.

No início do século XX, após a identificação do transmissor da febre amarela, o Brasil tomou medidas rígidas de controle do *Aedes aegypti* que levaram à erradicação do mosquito no país em 1955. Três anos depois, a Organização Mundial de Saúde (OMS) considerou o Brasil livre do vetor. Porém, o mosquito permaneceu em áreas como Venezuela, Guianas, Suriname, no sul dos Estados Unidos e em ilhas da América Central.

Após relaxamento em medidas de controle no Brasil, nos anos 80, ocorreram as primeiras epidemias de doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti*. Roraima foi o primeiro estado com epidemia da dengue no Brasil, nos anos de 1981 e 1982, seguido por outra no Rio de Janeiro, em 1986. Em Minas Gerais, os primeiros casos foram detectados em 1987. Hoje a doença ocorre anualmente em toda extensão do país.

No início de 2019, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) recomendou aos países da Região das Américas que se preparem para uma resposta oportuna a possíveis surtos de dengue. A doença é endêmica na Região e, desde sua reintrodução na década de 1980, tem causado surtos e epidemias de forma cíclica a cada três a cinco anos.

A primeira epidemia de dengue, com mais de um milhão de casos, ocorreu na região em 2010. Três anos depois, em 2013, houve a primeira epidemia com mais de dois milhões de casos. E, no início deste ano, tem sido observado um aumento nos casos em relação ao mesmo período de 2018.

De acordo com a atualização epidemiológica da OPAS sobre dengue, publicada em 22 de fevereiro, foram notificados 560.586 casos de dengue na Região das Américas no ano passado, sendo 3.535 casos de dengue grave e 336 mortes. Já nas primeiras seis semanas deste ano, foram notificados quase 100 mil casos de dengue, sendo 632 de dengue grave e 28 óbitos.

Entre as principais recomendações da Organização Pan-americana de Saúde é para que os países foquem na intensificação à vigilância da doença e nas medidas de controle de vetores para reduzir as populações de mosquitos transmissores.

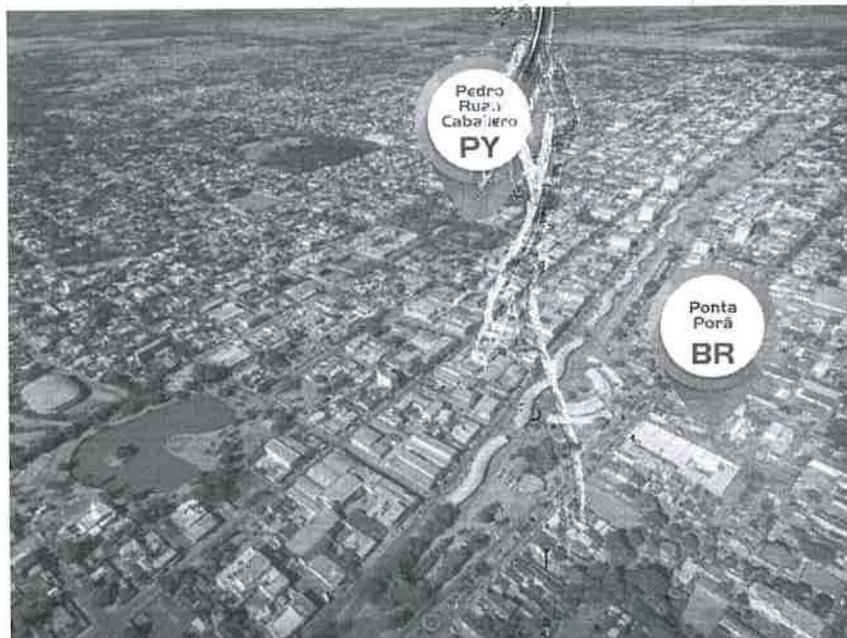
O Brasil possui 15.735 km terrestres. Na parte denominada fronteira seca, sem rios para fazer a delimitação de territórios, é onde se concentra o



maior agravante para a disseminação de doenças. Se da parte brasileira existem campanhas de controle de dengue, febre amarela, leishmaniose ou raiva animal, nos outros países, muitas vezes esse trabalho não acontece ao mesmo tempo.



Um exemplo claro é o que ocorre no município de Ponta Porã, Mato Grosso do Sul, que faz fronteira com a cidade de Pedro Juan Caballero, no Paraguai. Os dois logradouros são delimitados apenas por uma rua e a população dos países circulam livremente. As ações de controle de endemias devem acontecer simultaneamente para que haja eficácia.



## **O PARLAMENTO DO MERCOSUL RECOMENDA:**

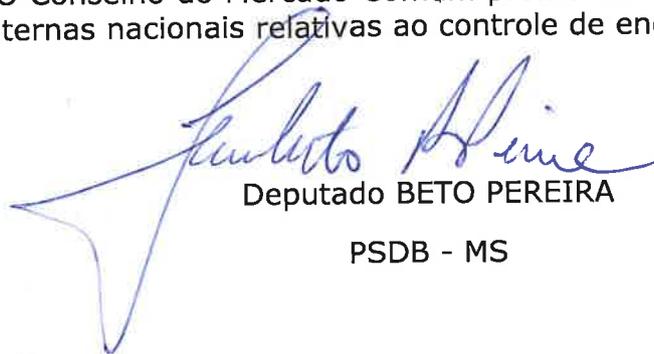
Artigo 1. O Conselho do Mercado Comum adotará regulamentação para controle unificado e harmonizado das endemias nos Estados Partes.

Artigo 2. A regulamentação dará especial atenção às regiões de fronteiras secas.

Artigo 3. A regulamentação determinará o investimento em pesquisas para a prevenção e erradicação das endemias.

Artigo 3. A regulamentação determinará a implantação de mecanismos de fiscalização por parte de órgãos de saúde pública competentes de cada Estado Parte, que serão dotados de efetivos, equipamentos, tecnologia e recursos necessários.

Artigo 4. O Conselho do Mercado Comum promoverá a compatibilização das normas internas nacionais relativas ao controle de endemias.



Deputado BETO PEREIRA

PSDB - MS